



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Rita Oliveira de Carvalho; Josilene Marcelino Ferreira, Raimunda Aureniza

*Universidade Regional do Cariri-URCA- rythaolicarvalho@yahoo.com.br; Universidade Regional do Cariri- URCA-
Josymf.mf@gamil.com; Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará- SEDUC-*

RESUMO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem como meta em um de seus eixos a formação continuada, contribuindo com suporte que melhorem a prática docente dos professores alfabetizadores lotados nas séries iniciais do ensino fundamental. Este artigo teve como propósito discutir como se dá a relação entre a proposta de alfabetização em língua portuguesa oferecida pelo PNAIC, e as possibilidades de diálogo com a realidade sociocultural dos discentes bem como a prática pedagógica dos professores do 2º ano, especificamente de língua portuguesa. Tal estudo se constitui em um recorte de uma pesquisa maior, a partir de um estudo de caso que será realizado em uma escola pública municipal localizada na região sul do Ceará, especificamente na cidade de Crato-CE. Os investimentos de políticas públicas necessitam de reais reflexões e ajustes para com a formação continuada, bem como melhoria no incentivo de bolsas para os docentes. É importante refletir sobre a formação continuada propiciada aos docentes para que estes não ministrem atividades prontas a partir de propostas que são lançadas por programas e devem ser seguidas passo a passo, ignorando as especificidades das instituições e a relação alunos/professor. Nesse sentido é importante frisar que a partir desse estudo bibliográfico o qual realizamos pudemos comprovar, que o pacto nacional de alfabetização na idade certa sendo uma ação propositiva de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, ainda tem longas metas a alcançar e um longo caminho a ser percorrido para que a meta ocorra com êxito .

Palavras- Chave: Políticas Educacionais, PNAIC, Práticas Pedagógicas, Formação Continuada.

1- INTRODUÇÃO

A escola pública tem enfrentado várias limitações tais como: baixo desempenho dos alunos, ausência da família no acompanhamento das atividades escolares, índices consideráveis de reprovações, distorção idade-série, abandono, estruturas físicas precárias, desvalorização do professor, baixa remuneração, etc. Esses aspectos refletem nos resultados das avaliações externas, os quais têm sido negativamente alarmantes, embora, não possamos deixar de perceber que os governos federal, estadual e municipal tenham investido bastante nos últimos anos em políticas públicas para a educação, embora não satisfatoriamente, como, por exemplo, as formações voltadas para a melhoria de qualidade de ensino na prática de sala de aula. Dessa maneira é necessário



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

refletir sobre um ensino que desenvolva o aluno por completo, formando um sujeito crítico. Para Veiga (2012, p. 15)

[...] a escola não pode se limitar à função de ensinar. Dela são exigidas, cada vez mais a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve ser cada vez mais perto da realidade. Muitos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos. No entanto, essa diversidade pode ser encarada não apenas como um problema, mas também como uma força, caso o currículo deixe de ser homogêneo e passe a dar espaço e voz própria a escola.

É necessário ensinar envolvendo a vida cotidiana, através dos conhecimentos sincréticos dos alunos e não seguir apenas propostas prontas, a exemplo do que destacamos como centro desta discussão, a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, criado em 2012 que contempla a participação da União, Estados, Municípios e instituições de todo o país, e tem como desafio garantir que todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade sejam alfabetizadas plenamente. (BRASIL, 2012).

Esta proposta do PNAIC busca “garantir o direito a alfabetização plena até o 3º ano do ciclo de alfabetização” (BRASIL, 2012). O programa oferece em sua proposta conteúdos prontos no qual o docente deve apenas seguir em tempo controlado os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Nota-se neste processo uma real mecanização de ensino, pela qual deve ser transmitido o que está pronto, dessa maneira como professoras nos questionamos até que ponto a formação continuada favorece a prática do docente em sala de aula, usufruindo de sua autonomia e perspicácia em relação as especificidades dos seus alunos?

Nossas interrogações surgiram pela experiência que temos como docentes da educação básica e nível superior, neste último refletimos no cotidiano sobre prática pedagógica, formação de qualidade para os docentes e direito das crianças de serem alfabetizadas.

Este artigo tem como propósito apresentar um estudo bibliográfico de como se dá a relação entre a proposta de alfabetização em língua portuguesa oferecida pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, e as possibilidades de diálogo com a realidade sociocultural dos discentes; bem como a prática pedagógica dos professores do 2º ano, especificamente de língua portuguesa. Tal estudo se constitui num recorte de uma pesquisa maior, a partir de um estudo de caso em uma escola pública municipal localizada na região centro sul do Cariri, realizada especificamente na cidade de Crato-CE. No qual posteriormente, aplicaremos questionários com os docentes de língua portuguesa lotados na sala do 2º ano do ensino fundamental I, possibilitando assim os dados estatísticos da pesquisa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Frente a essas questões, nosso foco foi compreender até que ponto essa proposta propicia uma aprendizagem satisfatória e de êxito, outrossim, se ocorre uma formação continuada qualificada que permita ao professor colocar em prática os conhecimentos adquiridos nestas formações, em sala de aula.

O trabalho assume uma natureza qualitativa, que para Minayo (2010, p.57) “[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.”, tendo em vista que ao trabalhar com a subjetividade do sujeito, se faz necessário levar em consideração o contexto sócio, político, econômico e cultural ao qual os sujeitos pertencem.

2- COMPREENDENDO PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Compreendemos que a aquisição da leitura e da escrita propiciam a capacidade criadora e o posicionamento crítico acerca do mundo no qual estamos inseridos, sendo necessária para o processo de socialização, para o exercício da prática da cidadania. Existem alguns programas implementados pelo governo federal, estadual e municipal para acelerar o processo de alfabetização das crianças, no entanto é necessário refletir de fato se estes programas estão sendo satisfatórios ou não para o processo de alfabetização das crianças, pois, “As práticas de alfabetização constituem-se de reflexão que possibilita a realização de atividades de produção e compreensão de textos orais e escritos.” Brasil, (2012, p.17). Estas práticas do alfabetizar envolvem além da área das linguagens uma unificação interdisciplinar desenvolvendo a criança por completo.

Nesse contexto, é importante e necessária a aquisição do sistema alfabético, que seja desenvolvido num contexto de letramento, realçando as diferentes finalidades da escrita, como parte do ambiente de letramento em que estamos situados.

Para o desenvolvimento dessa ação é necessário que estes professores estejam em formação contínua, para a melhoria da prática de sala de aula e assim em conjunto de estudos individuais e coletivos, o docente adquire meios para fomentar sua própria prática, nessa ótica, (TARDIF, 2002, p. 40) enfatiza que,

(...) a relação que os professores mantêm com os saberes é a de “transmissores”, de “portadores” ou de “objetos” de saber ou de saberes que poderiam impor como instância de legitimação social de sua função e como espaço de verdade de sua prática.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Conforme Soares (2004), na dimensão individual, por um lado, o letramento é visto como um atributo pessoal, que envolve um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas desenvolvidas nos processos de leitura e escrita que caracterizam uma pessoa enquanto letrada ou iletrada a partir do desenvolvimento de determinadas habilidades avaliadas com base em critérios como ler e escrever com precisão, por exemplo.

Para Lopes (2004) “As práticas de letramento referem-se aos comportamentos adotados pelos grupos sociais na utilização da língua escrita”. Nesse sentido, a escola como uma das agências do desenvolvimento da leitura e escrita no processo de alfabetização tem uma forte responsabilidade de propiciar a essas crianças uma educação de qualidade.

Diante dessa ótica, podemos compreender que tanto o letramento como a alfabetização devem ser trabalhadas articuladas, o que resulta de alfabetizar letrando, e este processo inicia-se na educação infantil, na qual a prática do professor em sala de aula deve está focada diariamente para os processos de construção do conhecimento visando o seu pleno desenvolvimento como sujeito transformador do meio.

A organização do trabalho pedagógico precisa envolver um conjunto de procedimentos que intencionalmente, devem ser planejados para serem executados durante certo período de tempo, tomando como referência as práticas sociais/culturais dos sujeitos envolvidos, suas experiências e conhecimentos. (BRASIL, 2012 p. 19).

Desta maneira este conjunto envolve um currículo que tenha metas para o processo de alfabetização do sujeito que sejam estabelecidas propostas com clareza, havendo dessa forma uma aprendizagem satisfatória. Desse modo, como nos propõe Bakhtin (1990) aprender a linguagem, através da internalização -via utilização - das palavras/significados dos outros/da cultura, é internalizar modos de significar o mundo e a si mesmo, de constituir-se como pessoa. E esta deve desenvolver-se a partir da clareza de trabalhar a alfabetização juntamente com o letramento.

2.1- PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, surge no intuito de contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos do 1º ao 3º ano, formando assim um real ciclo de alfabetização até oito anos de idade de acordo com a seguinte proposta,

Este pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizadas pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores, apoiando-se em quatro eixos: formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo, materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pedagógico, jogos e tecnologias, avaliações sistemáticas, gestão, controle social e mobilização. (BRASIL 2012, p.05)

Vale elucidar que a intenção do PNAIC é assegurar uma reflexão minuciosa sobre o processo de alfabetização e sobre a prática docente, afim de que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Portanto, de acordo com Libâneo (1998, p.72) “A prática educativa intencional compreende, assim, todo fato, influência, ação, processo que intervém na configuração da existência humana, individual ou grupal e em suas relações mútuas num determinado contexto histórico e social”. A prática pedagógica é uma atividade que envolve toda uma metodologia de sala de aula, é uma unificação entre teoria e prática que deve proporcionar uma aprendizagem satisfatória às crianças.

Desta maneira torna-se importante discutir como essa proposta unifica a prática pedagógica de sala de aula, levando em consideração que investigá-la é refletir sobre a realidade da docência, questionando o que se pretende ensinar. A partir deste contexto educacional o professor enquanto mediador do saber deve favorecer em sua prática de sala de sala de aula um aprendizado satisfatório aos alunos de acordo com as transformações e mudanças na sociedade. De acordo com Ferreiro (2005, p. 14)

Que em meio a tantas mudanças a respeito do lócus que esse saber deve ocupar para que o exercício profissional docente tenha sucesso , é comum que os programas de formação apresentem para os professores o que tem se pensado, mais recentemente, acerca da relação do saber e da prática pedagógica (...)

3- CONTEMPLANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA

Como educadores compreendemos que as práticas pedagógicas em sala de aula são ferramentas fundamentais para propiciar uma alfabetização com êxito. Para Feitosa e Jardim (2012, p. 229) “ A aceleração dos avanços tecnológicos , a globalização do capital e as transformações nas relações de trabalho trouxeram mudanças para as políticas e para a gestão da educação no Brasil.” Nestas inovações de era tecnológica e transformações vem a formação do docente e a qualidade de ensino, pois sabemos que é necessário que estas novas práticas pedagógicas sejam transformadas no sentido de contribuir para uma educação que eleve a construção do conhecimento em diferentes contextos, voltado para uma democratização do acesso a diversos conhecimentos, levando esses sujeitos ao desenvolvimento social.

A atividade de análise de práticas de sala de aula constitui ser um bom dispositivo para trabalhar a reflexibilidade durante a formação. Esta se justifica principalmente pelo fato de se estabelecer por meio de análises contextualizadas, o próximo do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

vivenciado cotidianamente, permitindo ao professor deparar-se com diferentes situações, conhecidas ou não e colocá-las em xeque. (BRASIL, 2012, p.13)

Reconhecemos que o corpo docente lotado nas salas de 2º Ano do ensino fundamental das escolas públicas municipais da cidade do Crato – CE é composto por professores que participam mensalmente de formações continuadas do PACTO para o desenvolvimento da ação docente na prática pedagógica, formações essas, que devem, ou deveriam oportunizar uma reflexão crítica sobre e na prática, no intuito de viabilizar uma ação repensada, ressignificada, ou seja, “[...] o conhecimento na ação e a reflexão na e sobre a ação” (SCHON, 1992, p.80).

Neste contexto é preciso que a prática pedagógica de sala de aula seja voltada para um processo alfabetizador, mas que contemple uma formação humana, que siga uma proposta além das que são orientadas, prontas. É necessário seguir a diversidade cultural, que o multi/ inter/ pluriculturalismo façam parte de uma proposta além de conteúdos a serem seguidos.

Além disso é importante frisar que, “os direitos humanos sejam trabalhados no chão da escola bem como princípios e valores, envolvendo o desenvolvimento da personalidade, formação das qualidades humanas – físicas, morais, cognitiva e afetiva, tendo em vista a sua relação com o meio social.” (CANDAU, 2012). A autora ainda enfatiza que ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade é a forma correta de se produzir conhecimento, pois, é a partir daí que o educando terá capacidade de compreender-se como um ser social.

Fora da escola existe um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que estão intrinsecamente impregnados em nossa sociedade, influenciando de forma significativa e diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Pois, como ressalta o autor Libâneo (1991, p. 16), “a prática educativa é um fenômeno social, sendo uma atividade humana necessária a existência e funcionamento de todas as sociedades”

O paradigma de tantos conhecimentos existentes em sociedade e em espaços escolares mostra que a prática pedagógica precisa ser compreendida como o momento de repensar e ressignificar a prática educativa, uma vez que o professor é um ser inacabado, em constante construção do conhecimento.

A prática pedagógica e o conhecimento é um saber que se confronta e reelabora (Pimenta, 2005). Portanto, necessitamos de uma formação contínua de

[...] Qualidade, com planos de cargos e carreiras estabelecidos e viáveis. É preciso pensar numa formação continuada do professor dos anos iniciais do ensino fundamental que permita a reflexão teórica sobre a prática em sala de aula. A



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

prática suscita os questionamentos que impulsionam a busca de possíveis respostas na elaboração teórica da formação continuada. (CAVALCANTE, 2013, p. 94).

É hora de pensarmos a escola pública como um *locus* de conhecimento científico, formação política e crítica, de confronto entre o aprendido e o vivido, em que o aluno tem a função social de agir sobre o meio, bem como sofrer a influência deste, enfim, é o momento de construção de uma identidade profissional e consolidação de uma consciência política, em que os conceitos de escola pública e de qualidade se façam presentes em suas reflexões e ações, desafiando as reproduções das relações sociais inseridas no ambiente escolar. (LIMA, 2003)

Sem dúvida, a prática de ensino é o ponto crucial, uma vez que o educador desempenha a função de formar opiniões e contribuir para o desenvolvimento do educando como um todo e que, a apropriação dos conceitos teóricos confrontados com a ação docente se configuram em uma modificação das estruturas mentais, afetivas e cognitivas, bem como na maneira de pensar e agir sob a esfera social.

Alfabetizar, de forma eficaz, as crianças no ciclo de alfabetização que corresponde ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental, é um compromisso de todos os cidadãos, e sem dúvida um dos grandes desafios da educação Brasileira da contemporaneidade.

CONCLUSÃO

O estudo nos fez refletir o quanto é necessário repensar as políticas de investimento na formação contínua dos docentes, para que haja um processo de alfabetização por completo é necessário envolver um conjunto (família, professores, gestores, formadores e funcionários da escola, entre outros órgãos maiores) que una forças para o fortalecimento da alfabetização das crianças. É importante frisar que a escola como ponte do conhecimento deve formar sujeitos críticos e reflexivos para estes serem conscientes da sociedade que estão inseridos sendo os mesmos capazes de refletir criticamente as ações frente ao seu cotidiano.

O PNAIC- sem sombra de dúvidas teve seus avanços significativos na formação continuada dos docentes, com a proposta de alfabetizar no ciclo de três anos, porém, não é apenas um programa que vai fortalecer o processo de alfabetizar todas as crianças do Brasil, é necessária uma força tarefa em conjunto para que se tenha uma alfabetização de êxito satisfatório.

Outrossim é importante refletir sobre a formação continuada propiciada aos docentes para que estes não sejam marionetes de ministrar atividades prontas a partir de propostas que são lançadas por programas e que devem ser seguidas passo a passo. Nesse sentido é importante frisar que a partir



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desse estudo bibliográfico que realizamos pudemos comprovar que o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa- PNAIC vem sendo uma ação propositiva de alfabetizar as crianças até aos oito anos de idade, mas há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação de seu objetivo.

Trabalhar na escola pública e fazer, através da prática pedagógica, o aluno aprender ler e escrever é trabalhar promovendo a interação entre os conteúdos, criando ambientes de intervenções que propiciem o aprimoramento, no qual cada aluno consiga uma aprendizagem com êxito. Toda mudança na prática pedagógica dos professores é algo que envolve não somente o professor em si, mas também, todo um conjunto de instituição, bem como os órgãos superiores (Secretarias e Governo) e a sociedade.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à gestão Educacional. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa: Formação do Professor alfabetizador: Caderno de apresentação/ Ministério da Educação**. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Estabelece o ingresso da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental. **Diário oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://WWW.planalto.gov.br/civil>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

CADAU, Vera Maria Ferrão, **Somos todos iguais**, editora Lamparina, 1º edição, 2012

FERREIRO, Emília. & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. **A Hora da Prática: Reflexões do o estágio supervisionado e a ação docente**. 3ª Ed. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha: 2003.

LOPES, I. de A. **Cenas de letramentos sociais**. Recife: UFPE/CAC, 2004.

OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (org.). **Confluências e Divergências entre Didática e Currículo**.

PIMENTA, Selma Garrido. A prática (e a teoria) docente ressignificando a didática. In: Campinas – SP: Papyrus, 1993. (Série Prática Pedagógica).

SOARES, M. **Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n. 25. p. 5-17, jan/fev/mar/abr, 2004.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, vol 9, n. 52. p. 14-21, jul/ago, 2003.

_____. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACCUR, Edwiges. **A magia da linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 49-73.

_____. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: Inep/Reduc, 1989.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de Formar Professores- 2º Edição**, Campinas, São Paulo: Papiros, 2012.